

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM E DO ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PARÁ

Duenny Augusto Lobo Gomes¹
Maricleide Fonseca Macedo²

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996). Assim como, as escolas precisam encontrar a maneira de educar com êxito a diversidade de seu alunado, inclusive aqueles que têm deficiências graves. Desta forma, estará colaborando com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social (CAMPBELL, 2009).

Silva (2008) enfatiza que a inclusão não deve ser entendida como um movimento que procura unicamente incorporar os alunos especiais à escola regular, não é simplesmente a transferência da educação especial às escolas de ensino comum, mas sim a educação dos alunos com necessidades educativas especiais igualmente como todos os outros que lá se encontram. No mesmo sentido, Campbell (2009) destaca que o princípio fundamental da escola inclusiva é de que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que eles possam ter, pois, se aceitarmos alunos “deficientes” em uma escola para todos e se eles forem tratados de um modo excludente, teremos uma farsa de inclusão.

Segundo Marqueti (2013) a linguagem é reguladora da atividade psíquica humana, pois norteia a estruturação dos processos cognitivos. E para que haja a sua aquisição, se faz necessário que o alunado surdo seja exposto à língua brasileira de sinais, pois esta desempenha um papel importante na constituição do português, o qual será utilizado como segunda língua (SILVA, 2008).

Portanto, a educação inclusiva deve ser compreendida como uma tentativa de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de certificar que os alunos com necessidades especiais tenham os mesmos direitos que os outros, sendo cidadãos de direito nas escolas regulares, bem-vindos e aceitos, fazendo parte da vida daquela sociedade. Além disso, a educação inclusiva não deve ser entendida apenas como uma relação voltada para a educação especial e sim como uma interação de toda a educação.

Assim, considerando toda essa abordagem inclusiva citada decidiu-se desenvolver uma pesquisa em uma escola da rede estadual do município de Abaetetuba-Pará, tendo como principal objetivo vivenciar e observar o ensino-aprendizagem dos alunos surdos e sua respectiva inclusão.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém - IFPA, duennygomes@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Abaetetuba - IFPA, cleide_macedo26@hotmail.com.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por dois estudantes de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e desenvolvida por meio de observações no período de três meses. Iniciando em Agosto e finalizando em Outubro. Para isso, foi realizado um acompanhamento em período integral dos alunos com deficiência auditiva, de uma escola estadual localizada no município de Abaetetuba, interior do estado do Pará, sendo esse acompanhamento em turmas e turnos diferentes do ensino médio. Observamos o 1ºano D e 2ºAno D do turno da tarde, cada turma com um e três alunos surdos, respectivamente. E pelo turno da manhã o 2ºAno B com uma aluna apresentando a mesma especificidade. Realizamos em torno de dez visitas, quatro no 2ºAno D, três no 2ºAno B e três no 1ºAno D. Nossas anotações foram realizadas em um caderno, onde relatávamos a respeito do aluno em sala de aula, bem como as metodologias de ensino e inclusão dos professores para com esses alunos. Acompanhamos todos os professores de diversas áreas, em especial a professora licenciada em Biologia, na qual realizamos conversas e a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva de obter resultados significativos a respeito do tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa conseguimos pontuar algumas situações enfrentadas tanto pelos alunos, como pelos professores. E uma delas foi à grande dificuldade na comunicação entre o alunado surdo com os demais da classe, uma vez que não havia uma interação propriamente dita entre eles. Sendo que a maioria dos alunos com deficiência auditiva não demonstrava de fato o conhecimento na Língua Brasileira de Sinais, e também não conseguiam realizar leitura labial, mas utilizavam outros meios através de gestos fora do contexto das Libras, para se comunicar. Onde foi possível identificar o esforço deles para interagir com as pessoas ao seu redor.

Segundo Marqueti (2013) muitos deficientes auditivos que não tiveram nenhum contato com a língua de sinais, procuram de um modo próprio utilizar-se de uma linguagem espontânea usando suas mãos para fazer gestos no qual tentam se comunicar com os outros, mostrando assim que podem interagir e se integrar no meio em que vivem. Barcellos (2009) reforça que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

Outro agravante é que as pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com deficiência auditiva podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, lingüístico e político-cultural, e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (BARCELLOS, 2009).

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que os alunos surdos encontram-se defasados no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades (LACERDA, 2006).

Tais propostas educacionais não foram observadas durante a vivência, os professores sentiam dificuldades em repassar o conteúdo para os alunos com deficiência auditiva e a maioria não conseguia alcançar uma metodologia eficaz para a aprendizagem dos mesmos. Por outro lado, tais alunos por não conseguirem compreender o que estava sendo explanado e

por não estarem inserido no ensino aplicado, ficavam dispersos e saíam de sala de aula o tempo todo. A partir dessa análise, observou-se o quanto é importante à busca por outros meios de ensino, que auxilie no processo de aprendizagem desses alunos, como também dê suporte para o processo de inclusão dos mesmos.

Lacerda (2003) aponta que um aspecto negativo para um aluno surdo, está diretamente ligado ao mesmo não ter outros parceiros com domínio em Língua de Sinais. De acordo com o mesmo autor, um grupo de surdos poderia favorecer mais discussões em sinais e trocas de idéias sobre os conteúdos a partir da ótica da surdez. E quando em sala, a surdez, impossibilita partilhar uma série de experiências, fazendo com que suas diferenças fiquem ainda mais destacadas dificultando a efetivação de uma proposta de integração escolar.

No mesmo sentido, a fragilidade das propostas de inclusão destaca-se na maneira de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros de docentes cuja formação deixa a desejar quando o aspecto é inclusão. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria idéia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes (LACERDA, 2006). Durante a experiência de vivência realizada foi possível identificar algumas situações supracitadas como turmas superlotadas e o corpo docente com dificuldades ou nenhum conhecimento em Libras, tais fatores, dificultaram ainda mais o processo de inclusão dos alunos em questão.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir de seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. O processo inclusivo de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para facilitar ou garantir sua participação e aprendizagem, tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado (BARCELLOS, 2009).

Observamos que os alunos surdos eram acompanhados pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), porém apenas nos momentos de realização de provas bimestrais, pois essas provas eram adaptadas e necessitavam de um acompanhamento específico. No entanto, foi visto que a sala multifuncional da escola encontrava-se defasada a respeito do processo de inclusão desses alunos, uma vez que não apresentava uma boa estrutura e nem propostas de educação eficazes para o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos.

Partindo do conhecimento sobre as línguas de sinais, amplamente utilizadas pelas comunidades surdas, surge a proposta de educação bilíngüe que toma a língua de sinais como própria dos surdos, sendo esta, portanto, a que deve ser adquirida primeiramente. É a partir desta língua que o sujeito surdo deverá entrar em contato com a língua majoritária de seu grupo social, que será, para ele, sua segunda língua. Assim, a criança surda exposta à língua de sinais irá adquiri-la e poderá desenvolver-se, no que diz respeito aos aspectos cognitivos e lingüísticos, de acordo com sua capacidade. A proposta de educação bilíngüe tem como objetivo educacional tornar presentes duas línguas no contexto escolar, no qual estão inseridos alunos surdos (LACERDA, 2006).

Destaca-se na vivência o desenvolvimento de uma aluna deficiente auditiva observada, que apresentou um desempenho maior que os outros, no que diz respeito à aprendizagem, uma vez que durante a aula, a aluna era acompanhada por uma estagiária em Libras, o que facilitou o processo de ensino-aprendizagem da mesma, bem como auxiliou na relação aluno-professor. Assim, nota-se a importância dessa interação para o desenvolvimento da comunicação dentro do ambiente escolar, como também na ampliação da capacidade desse aluno com deficiência auditiva. Sem falar que são fatores importantes para a “real” educação inclusiva. Dessa forma, a educação bilíngüe não seria apenas um suporte para os alunos deficientes auditivos, professores e os outros alunos da classe também seriam beneficiados.

Para os professores uma capacitação na área e para os alunos um aprendizado de uma nova linguagem que facilitaria no processo de inclusão, através da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa observamos que de fato não há uma educação inclusiva para esse tipo de alunado, pelo menos nessa escola, e também foi possível perceber a importância da inserção de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais em sala de aula, uma vez que a sua presença facilitaria o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez, como também seria a peça chave para o processo de inclusão dos mesmos. Da mesma forma, para que a educação inclusiva seja eficiente é necessário à colaboração de todos, a escola dando suporte para a inclusão desses alunos com necessidades especiais no ambiente escolar, os professores com métodos de ensino que busquem a interação ao meio dentro de sala de aula e os próprios alunos, é importante que eles tenham o interesse em adquirir conhecimento, para desenvolver assim suas capacidades no processo de ensino.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, G. C. **Educação de deficientes auditivos**: um elemento do processo inclusivo. Fortaleza – CE, 2009. 59p. Monografia de Graduação – Centro de Ciência e Tecnologia, UECE. Disponível em: <www.uece.br/fisica/index.php/arquivos/docdownload/46>. Acesso em: 30/dez/2015.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências**. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtml>. Acesso em: 27/dez/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, art.24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e, ainda, á educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009. 224p.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental**: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B. (et al.). Letramento e minorias. 2ª ed. Mediação, Porto Alegre. 2003. Disponível em: <www.portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20014.pdf>. Acesso em: 30/dez/2015.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>>. Acesso em: 28/dez/2015.

MARQUETI, A. R. R. **A inclusão do deficiente auditivo na educação infantil**: a atuação do professor. Lins – SP, 2013. 57p. Monografia de Graduação - Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, UNISALESIANO. Disponível em: www.Unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56027.pdf. Acesso em: 30/dez/2015.

SILVA, M. G. **A inclusão do aluno surdo no ambiente escolar**. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-regular-de-ensino>>. Acesso em: 27/dez/2015.